

Globalização e nacionalismo

Hugo Hortêncio de Aguiar

Sumário

1. Histórico. 2. Globalização. 2.1. Século XX. 2.2. Justiça. 2.3. Nacionalismo. 2.4. A globalização da comunicação e a guerra. 3. Abrangência e tecnologia. 4. Falhas de avaliação. 5. Nacionalismo *versus* Globalização. 6. Conclusão.

1. Histórico

Toda a nova geração está imbuída da idéia de que a expansão da comunicação, com o conceito de “aldeia global”, sob o apostolado do grande cientista social Marshall McLuhan, ainda na primeira metade do século XX, foi a pioneira das globalizações nas atividades humanas.

No entanto, omitindo a Cruz Vermelha, em 1864, e as Cortes de Arbitragem (depois “de Justiça”) de Haia, de 1899 em diante, uma vez que eram limitadas em número de nações adeptas, a primeira globalização efetiva e com essa prioritária finalidade foi a ideológica, concretizada na Terceira Associação Internacional de Trabalhadores, ou 3ª Internacional¹, ou melhor ainda, Comintern, fundada em 1919, em Moscou, por Vladímir Uliânov, mais conhecido como Lênin.

O Comintern, isto é, o órgão propulsor da “globalização do comunismo”, trouxe à discussão um problema: o conceito de nacionalismo adotado por muitos bolchevistas, inclusive por Lênin – que via o nacionalismo como uma forma de produção capitalista –, desapareceria com a introdução do co-

Hugo Hortêncio de Aguiar é coronel do Exército, reformado, professor e especialista em culturas soviética e do Oriente Médio.

munismo. As pequenas nações, dominadas por “colonialistas”, tentariam a independência, sendo assim um alvo convidativo para a propaganda. E eram em grande número. Era uma ambigüidade ideológica sempre criticada por uma parcela do Partido Bolchevista.

Como é sabido, Lênin optou pela globalização e abandonou definitivamente o nacionalismo, sentimento que, segundo certos autores, sempre teve realmente um pouco de sua simpatia. Com a desintegração do Império Russo dos Romanov, adotou a solução do Império Soviético, e procurou, ao mesmo tempo, dar uma fachada de federação e uma certa autonomia cultural às etnias assimiladas, o que desagradou o Partido.

Contudo, ajustou-se rapidamente à nova situação, caracterizando mais uma vez um dos traços marcantes de sua personalidade: a falta de lógica.

Com a 1ª Guerra Mundial, diversos conceitos e atividades procuraram ser globalizados, mas o forte sentimento nacionalista herdado do século XIX e o fracasso da Liga das Nações fizeram com que a adoção do modelo globalizado só se verificasse com a 2ª Guerra Mundial e a subsequente Organização das Nações Unidas.

Vejam os leitores como sucedem os fenômenos sociais. Uma guerra de grandes proporções, abrangente e devastadora, teve papel decisivo na consolidação dos princípios e mecanismos da convivência pacífica internacional, com a expansão dos direitos individuais e, de modo geral, do Direito Internacional. Por isso, foi preponderante a influência da globalização da comunicação social, desenvolvida com a tecnologia das comunicações.

2. Globalização

2.1. Século XX

O século vinte foi o século das globalizações, tendo como carro-chefe a globalização

da comunicação. Tudo foi globalizado: política, economia, segurança, saúde, justiça, direito internacional e até a religião foi tentada, pela busca do ecumenismo, embora esta última sem uma abrangência total, pelas naturais limitações dogmáticas.

Vários aspectos das relações internacionais foram globalizados, como os referentes a comércio, indústria e outros, alguns já inseridos no parágrafo anterior e outros bem específicos.

Vamos ressaltar apenas duas globalizações, sendo a primeira a Justiça.

2.2. Justiça

A Corte Internacional de Justiça, em Haia, é um exemplo de tentativa de globalização, pelo aumento constante de Estados signatários e pelas efetivas ações que têm efeito naquele Fórum.

Àquela Corte cabe o julgamento de uma série de delitos entre Estados e até dentro de um só Estado, como crimes de direitos humanos, “crimes de guerra” e outros, nas relações entre Estados, abrangidos pelo Direito Internacional.

Não há dúvida de que o Direito Internacional é de muito difícil interpretação no aspecto subjetivo. Mas, também no aspecto prático, apresenta um alto grau de dificuldade: é a capacidade de sua aplicação.

E é aí que entramos com nossa análise crítica.

Tudo depende da estrutura econômico-político-militar do agente do delito, e, naturalmente, de sua projeção no cenário mundial.

Não é preciso ressaltar as dificuldades dos órgãos de direitos humanos na realização de devassa nas prisões de Guantânamo ou nos cárceres do aparato comunista da China. Quanto a “crimes de guerra”, esse descompasso é ainda maior.

Os sérvios, que realizaram massacres em massa, e os iraquianos, com o uso de agentes químicos contra os curdos, estão sendo e continuarão a ser merecidamente julgados e condenados. Além do odioso delito hu-

manístico, eles apresentam uma agravante significativa: perderam a guerra. Inúmeros outros exemplos poderiam ser citados, desgastantes na aplicação do Direito Internacional.

No aspecto “direitos humanos”, seus órgãos estão perdendo uma qualidade básica do julgamento: a imparcialidade. Os terroristas, naturalmente imunes a qualquer iniciativa desses órgãos, tiram vantagem dessa posição, usando como instrumento boa parte des-preparada da mídia, por meio de uma propaganda inteligente dos abusos cometidos pelas democracias, que estão perdendo essa luta inglória.

E há ainda um fator muito perturbador: um juiz inflexível chamado História.

A Rússia, a Alemanha e a França lideraram, na ONU, a antiguerra no Iraque. A Rússia, ainda há poucas décadas como União Soviética, realizou ações armadas direta, ou indiretamente, por seus tutelados, no Afeganistão, no Camboja, em Angola, na Etiópia e na Nicarágua, sem autorização de ninguém. E a sua invasão “ideológica” foi tão intensa que, em 1981, mantinha 259.700 militares no exterior (incluindo 180.000 do Afeganistão), em função de assessoramento e propaganda, sendo na América Latina (incluindo Cuba) 7.900.

Poderão argumentar os leitores que isso foi no antigo regime e agora a Rússia é outra.

Porém, Igor Ivanov (Relações Exteriores), que mantinha na ONU atitude inflexível, sabe muito bem qual era então a função exercida na KGB pelo atual presidente Vladimir Pútín e a filosofia de apoio da URSS aos movimentos armados de sublevação, naquela época.

A Alemanha sempre foi especializada em invasões, tanto na 1ª como na 2ª Guerra Mundial, e suas ações afrontaram acordos recém-assinados naquelas ocasiões. Quanto a crimes de guerra, o mundo continua a assistir aos chocantes filmes do Holocausto dos judeus, sem esquecermos os freqüentes bombardeios de civis ingleses pela

Luftwaffe, na tentativa de invasão da ilha do Reino Unido, na 2ª Guerra Mundial.

A França, ferrenha defensora da anti-guerra no Iraque, no Conselho de Segurança, não escaparia igualmente à imagem de invasora e colonialista do norte da África.

Mas vamos abordar um aspecto mais emocional. Em 1944, no desembarque das forças aliadas na Normandia (França), os americanos lavaram com sangue a praia de Omaha, e continuaram com muitas perdas humanas até libertarem a França do domínio alemão, após uma campanha militar francesa simplesmente trágica, em que praticamente o país todo foi invadido e conquistado pela Alemanha em 60 dias.

E houve também um memorável exemplo que, embora típico da ética político-militar, deve ser lembrado. Os americanos concederam a uma grande Unidade militar francesa, reorganizada à última hora, o privilégio de entrar em Paris como libertadora, para evitar constrangimento. É verdade que episódios como esses citados acima, passado já mais de meio século, não poderiam ser invocados na argumentação do conceito de não-agressão entre Estados, mas os autores da contestação é que não estavam no lugar certo, por razões e débitos históricos indelévels.

Focalizamos uma atividade globalizada – a Justiça – porque fornece elementos bem atualizados, adequados para fatos acontecidos recentemente e ainda em ebulição, motivando os leitores, com toda a certeza.

Não há espaço para abordarmos as numerosas atividades globalizadas.

Temos que optar por uma muito interessante – a globalização da comunicação – de exemplos curiosíssimos.

Como o título comporta várias páginas, vamos tratar a seguir do “nacionalismo” e, logo após, reservaremos um item completo para a “globalização da comunicação e a guerra”.

Julgamos que temas ligados a fatos recentes, ou ocorridos recentemente, interessam muito aos leitores.

2.3. Nacionalismo

Há várias definições para o termo. A que nos interessa mais de perto, e com a qual trabalharemos, é: “doutrina política que cultiva preferentemente o sentimento de pátria, da própria nacionalidade”.

“Nação” e “Nacionalidade”: embora praticamente todos os dicionários e compêndios apresentem uma sinonímia entre os dois termos, diríamos que há uma pequena diferença conceitual entre eles, sendo “nação” mais “substantiva” e “nacionalidade” mais “qualitativa”.

No nosso artigo, não haverá prejuízo no entendimento se forem usados indiscriminadamente os dois termos.

Como no item 1 demos ao nacionalismo soviético um papel de destaque, vamos adotar, para as nacionalidades do subcontinente asiático, a definição de um comunista despótico (e de fato o foi), mas adepto de umas promoções literárias de vez em quando, como para desfazer o tom de rudeza projetado por sua imagem: Stalin.

Sua definição de nacionalidade (ou de nação) era: “uma comunidade estável de pessoas, historicamente evoluída, formada à base de uma linguagem comum, de um território, de uma vida econômica e de um perfil psicológico (ou caráter), expresso em uma cultura comum”.

Como sabemos, com o nacionalismo² “russo” de Stalin, somente uma dessas características, entre as nacionalidades da União Soviética, permaneceu: o idioma nativo. Somente as nacionalidades limítrofes foram elevadas a repúblicas socialistas, chamadas de federadas, em número de 15, com uma organização política semelhante à da União, mas limitadas em sua autonomia e tolhidas em sua soberania. As demais nacionalidades (mais de uma centena) permaneceram na mesma situação desfrutada anteriormente na Rússia Tsarista, porém sob um controle mais rigoroso de Moscou.

No resto do mundo, as nacionalidades foram-se emancipando e organizando poli-

ticamente como “Estados” e adquirindo “soberania”.

E conseguir “soberania” era um grande desafio e significava representar a ordem suprema, sem escalão superior; era uma nação (ou nacionalidade) bem-sucedida, já promovida a Estado.

Isso no século XIX e princípios do século XX.

Com a 2ª Guerra Mundial, o Holocausto e a ONU, a comunidade internacional procurou uma nova ordem mundial reparadora de delitos contra o ser humano: era a internacionalização dos direitos humanos, ou melhor, a globalização dos direitos humanos, a afastar pouco a pouco o Estado do centro de proteção dos seres humanos. Mas, para isso, foram necessárias alterações de caráter jurídico, regulando-se, por tratados, os limites de competência do Estado e das organizações internacionais no monitoramento dos direitos individuais, sempre no sentido de restringir, cada vez mais, o papel daquele em favor do Direito Internacional.

Em conseqüência, o conceito de “soberania nacional” foi-se reformulando, perdendo muito a sua significação.

Lembre-mos de que essa globalização dos direitos, que marchou de vento em popa na segunda metade do século X, correspondia ao internacionalismo de vários direitos sociais já catalogados como “humanos” e opostos, aparentemente, ao nacionalismo. Nessa confrontação, o nacionalismo perdeu posição.

Ser nacionalista, no fim do século XX, era ser, de certo modo, conservador e retrógrado.

Alguns Estados, porém, foram exceções. Um deles, com certeza, foram os EEUU, cujo nacionalismo é marcante, com base em sua tradição histórica, de paladino da liberdade e exemplo de autenticidade democrática; ninguém pode negar isso. Esse nacionalismo, com o nome de patriotismo, foi posto à prova em 1941, com Pearl Harbor, e agora há pouco, em 11 de setembro de 2001, dentro de casa, sendo esta última experiência a

primeira na história, e bastante onerosa em vidas humanas, o que faria prever uma resposta decidida, como aconteceu (Guerra do Afeganistão). Desde a magnífica demonstração de civismo provado na 2ª Guerra Mundial, e fustigado por turbulentas intervenções fora de casa, que periodicamente lhe perturbaram o sono, o nacionalismo americano, aparentemente adormecido, deu um inconfundível sinal de ressurgimento.

2.4. A globalização da comunicação e a guerra

Estávamos indecisos quanto à redação do presente item, fazendo referências à Guerra do Iraque, pois contém algumas críticas.

Mas, por uma feliz coincidência, tivemos a oportunidade de ler o artigo de Cláudio Lysias, no Jornal Comunidade, de Brasília-DF, pág. 2 – Política: A Semana, de 13 de abril de 2003, com o título “Quem perdeu em Bagdá”, e aquela lúcida análise – coisa rara hoje em dia – foi a motivação que faltava.

A comunicação globalizada favoreceu todas as atividades humanas. Se quisermos, por exemplo, uma informação urgente sobre o desempenho da Bolsa de Valores, em Frankfurt, ligamos o canal de TV indicado e ficaremos a par do assunto no momento. É a globalização financeira.

Do mesmo modo, ou por um *e-mail*, teríamos acesso a outros tipos de globalizações. Estamos realmente numa “aldeia global”. E o benefício geral é conhecido.

3. Abrangência e tecnologia

Um aspecto digno de nota, pela abrangência, foi a cobertura enorme proporcionada pela TV durante o conflito no Iraque.

Tratando-se de uma guerra, naturalmente que houve imagens tristes, dolorosas, algumas até chocantes. Mas o conjunto, quer dizer, imagem e comentário, ou mesmo só o comentário, às vezes traduzia uma inadequação às características do objeto da informação ou uma impropriedade descritiva da verdadeira dimensão do evento. Isso reve-

lava um conhecimento incompleto do fato por parte do comunicador de massa, produzindo no telespectador mais experiente, na melhor das hipóteses, indagações curiosas.

Aceitamos que qualquer empresa de TV tenha a sua preferência e que os comunicadores, particularmente os “âncoras” – responsáveis pela seleção e distribuição das informações – e os correspondentes nos grandes centros procurem atender à mídia, já que os *embedded* (adidos às unidades de combate) são naturalmente “condicionados”.

E, com relação à guerra no Iraque, não há dúvidas de que a maioria da população era contrária à guerra, fato compreensível, pelo lado doloroso provocado por ela, embora uma boa porcentagem protestasse, usando qualquer meio, por motivações diferentes.

O comunicador não tem a obrigação de ser um *expert* em técnica militar de combate, mas quando realiza cobertura abrangente e de tecnologia tão avançada, sobre matéria tão contundente e emocionante como uma guerra, seria elogiável, para a interpretação de alguns episódios polêmicos, o assessoramento de um profissional experiente, além dos analistas convidados.

Estivemos ligados, durante quase um mês, a muitos canais nacionais e internacionais disponíveis pela TV a Cabo, com maior frequência aos canais CNN-68, em espanhol, CNN-53, em inglês, TV 5-30, em francês, e Globo News-40, em português. Com a televisão globalizada, e os acordos comerciais, os canais repetiam quase sempre o mesmo noticiário sobre a guerra e cometiam as mesmas falhas de avaliação, ofuscadas pela imagem projetada.

Anotamos algumas observações e vamos citar muito poucas, selecionadas para as limitações de um artigo, à base de dados aproximados disponíveis e do interesse do leitor, pois quem critica tem o dever de, no mínimo, caracterizar o erro, se não trouxer a solução para o problema.

Saibam os leitores – e os analistas devem saber – que, desde o fim da 2ª Guerra

Mundial, há tabelas aferidoras do valor médio provável das perdas em combate, dependendo do tipo de operação militar, do efetivo empenhado, bem como de outros fatores. É claro que a técnica militar evoluiu consideravelmente, tanto no aspecto material – de armamento e equipamento –, como na concepção das operações.

4. Falhas de avaliação.

Tudo isso foi considerado nesta avaliação, que abrange apenas itens de mais interesse para os leitores.

– *Perdas em pessoal:*

Iraque: (total de mortos e feridos civis)

Vários aspectos foram considerados. Fizemos um apanhado de fatos mais acessíveis ao público leigo, sendo que os da letra A provocaram aumento de perdas e os da letra B influíram na sua diminuição.

A – alguns fatores responsáveis pelo aumento do número de civis mortos e feridos do lado do Iraque:

– superioridade absoluta da aviação e da tropa terrestre da “coalizão” sobre suas opositoras;

– inexistência ou deficiência da defesa antiaérea Iraquiana;

– bombardeio de civis pelos chamados “efeitos colaterais” nas cidades ou pela localização indevida de civis ou de objetivos militares;

– necessidade de conquista e manutenção de localidades ao longo do eixo de operações, para garantia de suprimentos.

B – alguns fatores que influíram na diminuição do número de civis mortos e feridos do lado do Iraque;

– bombardeio aéreo de alvos selecionados, militares;

– precisão razoável (comparada com a de outras guerras) das bombas aéreas e dos mísseis;

– curta duração do conflito;

– política humanitária de poupança de alvos civis.

Não sabemos exatamente o número de mortos e feridos civis iraquianos, nem mesmo as cifras exatas dos elementos militares da Coalizão, mas, consultando os rascunhos diários, anotamos um possível total, de civis mortos e feridos, até o dia 21 de março, com a tomada de Bagdá, segundo o resumo:

Iraque – mortos e feridos *civis*: 15.000.

Coalizão – mortos e feridos *militares*: 500.

Influuiu também, e muito, a “máxima” popular, de uma sabedoria profética, que diz: “Há três situações na vida em que se mente mais: antes de uma eleição, durante uma guerra e depois de uma caçada”.

A propaganda iraquiana exagerava, aumentando o número de feridos civis, para sensibilizar a opinião pública mundial e a propaganda da Coalizão procurava “amenizar” o número de militares mortos e feridos em combate, para obter um efeito contrário na opinião pública americana e inglesa.

Contudo, embora as cifras acima não sejam muito confiáveis, a verdade é que, comparadas com outras guerras, as perdas em pessoal foram significativamente reduzidas, para consolo geral. Dois exemplos: na 1ª Guerra do Golfo, comparado o mesmo período de duração de guerra efetiva, o número de mortos e feridos civis foi 3 vezes maior (aproximadamente) para os iraquianos. Na Guerra do Vietnam, num período de igual duração, o total desse tipo de perdas subiu a 50 vezes mais para os vietnamitas.

Convém lembrarmos um aspecto que não pode ser deixado de lado: é o “humanitário”, posto em prática por acordos e convenções internacionais, recomendando a poupança de objetivos civis nas confrontações bélicas.

Na 2ª Guerra Mundial, quando a proibição dependia apenas da atitude ética e mo-

ral dos responsáveis, na preparação da pretendida invasão da Inglaterra, a aviação alemã selecionava preferentemente alvos civis, para desmoralizar a resistência inglesa. Com o bombardeio de Coventry, pequena cidade da Inglaterra, quando todas as suas edificações foram destruídas e quase todos os habitantes mortos ou feridos, foi criada, em língua inglesa e alemã, a palavra que, em português, poderia ser escrita “conventrização”, significando destruição total.

Assim, é justo lamentarmos o cortejo de feridos dando entrada nos hospitais e insistirmos, cada vez mais, na poupança de famílias inteiras sem nenhuma culpa pela guerra, mas, por outro lado, devemos associar a esses quadros dramáticos uma avaliação inteligente das razões motivadoras dos acontecimentos. Dessa forma, será possível, efetivamente, no futuro, reduzir ainda mais o número de perdas humanas com relação à Guerra do Iraque, a despeito de esta – não podemos esquecer – já ter sido menos desastrosa que as anteriores.

Desse modo, o que podemos fazer (participantes do lado de cá e do lado de lá) agora é reunirmo-nos nos templos cristãos e nas mesquitas islâmicas e agradecermos a Deus e a Alá (devem ser um só!) a limitação significativa do número de mortos, feridos e acidentados num confronto cujo prognóstico, desde o início e durante a campanha, era de um final dramático e sangrento.

– *Perdas de Aeronaves:*

Vamos abordar o lado da Coalizão³.

A derrubada de um helicóptero por um camponês iraquiano foi projetada mais de 50 vezes (a partir daí deixamos de anotar). Deve ter alcançado umas 200 vezes, nos 4 canais. Também um outro abatido e mais dois ou três caídos foram objeto de emoção por parte de apresentadores e apresentadoras como se, na guerra, a queda de um helicóptero fosse um evento raro e motivo de profunda investigação. O 7º Regimento de Cavalaria, com o seu 3º Esquadrão, era apoiado por 12 a 18 helicópteros (se não houve

mudanças nos quadros de organização) na linha de frente, na área mais perigosa de combate, onde o helicóptero é a arma mais indicada para o apoio tático imediato à tropa terrestre, pelo seu extraordinário desempenho.

Como estamos interessados em *perdas*, vamos ressaltar é a sua grande *vulnerabilidade*, pelos seguintes motivos:

- voa a baixa altura e em velocidade reduzida;
- pode ser abatido por armas de tiro tenso, como fuzis e metralhadoras;
- apresenta pontos sensíveis de impacto na estrutura;
- muito vulnerável ao mau tempo;
- tem elevado número de acidentes por defeitos mecânicos.

Pelos motivos apresentados, as perdas de helicópteros da Coalizão (como também de aviões) foram simplesmente irrisórias, girando em torno de 6 (meia dúzia), se esse dado for futuramente confirmado.

Se há sugestão para qualquer investigação, operacional ou técnica, só pode ser com a finalidade de apurar as razões de tão positivo índice de operacionalidade, para utilização futura nos cursos de pilotagem.

– *Guerra Irregular:*

Poderíamos abordar a ação dos *fedayn*⁴, dos ataques suicidas, das guerrilhas e dos árabes vizinhos voluntários, porém é muita matéria. Vamos dar uma visão geral do que foi a ação desses grupos.

Os *feday*, os suicidas e os guerrilheiros ensaiaram, no início da campanha e até os meados da guerra, algumas ações isoladas, que obtiveram algum sucesso pela surpresa; mas depois perderam a expressão, talvez pela falta de coordenação nas operações como um todo, sugerindo ausência de líderes, se não do grande líder.

Esgotados esses recursos desesperados dos iraquianos, surgiu então uma novidade, muito exaltada pelos canais de TV: árabes, residindo em países vizinhos, estavam se deslocando, individualmente ou em pe-

quenos grupos, para lutarem ao lado dos iraquianos contra o invasor.

Ora, caros leitores, esses voluntários magnânimos, com tão alto espírito de solidariedade, não constituíam uma tropa organizada. Não possuíam treinamento, enquadramento, espírito de corpo (de conjunto), nem liderança para realizarem ações de força contra a bem treinada e bem suprida tropa da coalizão.

É claro que poderiam tentar ações de guerra irregular, já comentadas neste item, com o fim de inquietar, desgastar tropa da operação principal, retardar a progressão, mas nunca deter o avanço de uma força terrestre do nível da Coalizão, em sua marcha decidida para um objetivo profundo, bem definido e compensador como Bagdá.

Havia, por parte dos apresentadores e apresentadoras, em geral, uma grande expectativa, um entusiasmo tal, com esse reforço providencial, a patentear a preferência pelos mesopotâmicos – particularmente das apresentadoras –, parecendo até que o rumo da guerra iria mudar.

Infelizmente, a avaliação não era correta.

Ações terroristas suicidas, como estamos presenciando pela TV, têm seu efeito máximo em áreas urbanas contra civis, e também contra alvos militares, por razões tão óbvias que dispensam explicações.

– *Omissão*

A Coalizão não pôde, desde o início, conforme planejara, estabelecer o *front* norte, uma vez que a Turquia não permitiu o trânsito de tropa terrestre por seu território.

Para atender essa imperiosa necessidade operacional, a Coalizão lançou 1.000 (mil) pára-quedistas, da 101ª Divisão Aerotransportada (aquela lançada na Normandia, em 1944), que desceram durante a noite, no escuro, numa região balizada pelas Forças Especiais, já estacionadas lá, não tendo havido nenhuma perda. Logo pela manhã, tomaram uma pista de pouso curta, perto de Arbelas, e imediatamente a transformaram

num aeroporto para desembarque de tropa e suprimento. Foi uma operação extraordinária. Além de conseguir uma base de operações, criando a frente Norte, obteve as seguintes vantagens:

– neutralizou o problema turco na fronteira;

– passou a coordenar o ímpeto desordenado dos curdos;

– controlou o fluxo de suprimentos e o movimento de voluntários, tanto da Síria como do Irã;

– “fixou” a tropa iraquiana, impedindo reforços para o Sul;

– impediu o ataque de mísseis a Israel, reforçando a posse dos aeroportos Noroeste do Iraque, próximos à Jordânia, já tomados antes pelas Forças Especiais;

– com o aeroporto feito, foi possível a chegada de tropa, equipamentos e suprimentos, por via aérea;

– com a conquista posterior de Kirkuk, Mossul e outras cidades próximas, ficou assegurado o domínio das zonas petrolíferas do norte. Naturalmente que o comandante da Coalizão concebeu mais vantagens ainda. Somente as vantagens citadas mostram o peso dessa arriscada operação no contexto geral da manobra. No entanto, poucas vezes, muito poucas vezes, foi citada pelos comentaristas das redes. Apenas os analistas militares da Coalizão (dois de alto bordo) descreveram a operação rapidamente, com grande habilidade e sobriedade (deles esperava-se, claro, observar o competente sigilo). Na nossa modesta opinião, foi a maior omissão informativa na transmissão da Rede formada.

– *O outro lado da moeda*

O que foi omitido com relação à operação da frente Norte foi acrescentado nos comentários sobre a Guarda Republicana.

Na pré-guerra e no início das operações no sul do Iraque, cantavam-se louvores de

toda a espécie com relação à tropa de Saddam Houssein.

Dividida até em castas, pois havia as Unidades de elite para a guarda pessoal e os palácios do ditador, era uma tropa bem treinada, bem equipada e armada, apesar das restrições do bloqueio econômico. Além disso, era fiel ao Chefe Supremo e capaz do sacrifício extremo. Era o que se dizia.

É possível que essas qualidades fossem verdadeiras.

Com o desenrolar das operações, essa mística foi-se extinguindo, para acabar de vez quando Bagdá foi conquistada com relativa facilidade. Esperava-se uma batalha sangrenta na Capital, combatendo-se de casa em casa.

O desempenho operacional da Guarda Republicana foi, porém, uma decepção para a quase totalidade dos observadores. Exceção para nós, como veremos adiante.

Os analistas, os comentaristas, os apresentadores de TV, anteriormente a tecer laudainhas de louvor, agora insistiam sobre os insucessos daquelas Unidades.

Os comentários críticos eram tantos que até os voluntários de países árabes vizinhos, sem nenhuma expectativa de sucesso, passaram a empolgar mais os jornais falados.

Vejam como é volúvel a opinião pública e quanta injustiça na avaliação do desempenho da Guarda Republicana.

Como já dissemos, apesar das sanções por que passou o Iraque após a 1ª Guerra do Golfo, a Guarda ainda mantinha, por seu treinamento, patriotismo e espírito de luta, uma capacidade operacional de bom nível. Mas aconteceram fatos que mudaram toda essa avaliação feita.

– mesmo antes da Guerra, os inspetores da ONU foram ao Iraque e destruíram grande parte (40%) dos mísseis balísticos de médio alcance, uma modesta arma estratégica (aliás, a única) para a defesa do país; os restantes não puderam ser empregados, pois não havia rampas disponíveis (para lançamentos);

– a aviação e os helicópteros da Coalizão destruíram 95% (dos 800 sobramos 40) dos carros de combate, semiblandados e motorizados da tropa iraquiana; grande parte era utilizada pela Guarda, que passou à condição de tropa a pé, perdendo poder de “choque” e de fogo;

– as plataformas de lançamento de mísseis foram igualmente destruídas, restando uma ou duas, que, camufladas, lançaram mísseis “Scud” no Kuwait;

– as baterias de artilharia foram atingidas em 50%, perdendo grande parte de sua capacidade de fogo;

– depósitos de munição e suprimentos sofreram danos irreparáveis, baixando significativamente o nível operacional de toda a tropa;

– os ultrapassados aviões de combate e os helicópteros foram imobilizados no solo, só restando uns poucos, camuflados, escondidos, e de transporte, reservados para eventual fuga dos líderes;

– e, finalmente, a mais onerosa das adversidades: durante toda a guerra, a Guarda Republicana foi o alvo predileto da aviação da Coalizão; quando recuou para Bagdá, estava desfigurada.

Essa criticada Guarda Republicana não podia combater mais do que fez.

E há, ainda, um ponto a observar.

Mesmo antes do conflito, e durante boa parte do seu desenrolar, é presumível que tenha havido contatos com os comandantes de Unidades da Guarda, para se rebelarem contra o regime vigente, ante a perspectiva de uma derrota racionalmente inevitável.

Entretanto, apesar de tantas adversidades e derrotas, de muitos outros combatentes se terem rendido, de Unidades inteiras terem abandonado as armas, não consta que alguma Unidade da Guarda Republicana tenha-se rebelado contra o governo de Sad dam.

Esse aspecto da Guerra também passou longe dos comentaristas, fixados apenas na frustração da queda de um mito criado para herói da resistência que, na realidade, mais cedo ou mais tarde, estava fadado a desmoronar. Esse mito foi a Guarda Republicana de Saddam Hussein, que caiu, mas deixou sua lenda, ainda meio nebulosa.

5. *Nacionalismo versus globalização*

Durante o conflito, e mais ainda neste pós-guerra, viemos acompanhando a preocupação da mídia com a existência, no Iraque, de armas de destruição em massa.

Julgamos que, mais sábio do que isso, seria o questionamento sobre o direito de qualquer Estado de possuí-las.

Com os Acordos e Convenções do Direito Internacional sobre o assunto, ficou restrito a um clube fechado de Estados o direito de produzir essas armas e armazená-las. Para facilitar o estudo, vamos tratar especificamente das armas atômicas, deixando as químicas e biológicas para outra oportunidade (quando forem achadas). Aliás, as armas químicas e biológicas têm uma característica comum: são de fabricação relativamente barata, fáceis de esconder e exigem apenas estruturas bem limitadas (laboratórios, pequenos depósitos) para a sua produção. Não exigem muito dinheiro para a sua obtenção, mas inteligência científica. Ocupam pequeno espaço para armazenamento. Ninguém as acha facilmente.

Quanto às armas atômicas, a questão é outra.

O processamento de seus componentes, a fabricação e o armazenamento dos artefatos exigem instalações vultosas e caríssimas, apresenta problemas ambientais e de repercussão internacional. A utilização bélica de seus produtos finais é sempre catastrófica, haja vista para a bomba de Hiroshima, cidade essa cujo nome até hoje é pronunciado com reverência.

Apesar de toda essa pletora de restrições, ainda há uma mais, de caráter predominan-

temente político: o Clube Fechado é quem arbitra quem pode ou não operar com energia atômica. O Direito Internacional sobre a matéria é “consuetudinário” para um bloco restrito de nações e não está nem mesmo globalizado, pois há nações que não reconhecem a proibição.

Como, no mundo real, a arma atômica ainda é o nivelador relativo mais “persuasivo” entre Estados, dando aos chamados pequenos Estados um sentimento de segurança, isto é, de “soberania nacional”, o Clube dos “grandes” procurou uma alternativa para a proibição e encontrou: o terrorismo.

Qualquer Estado teria o direito de defender a sua “soberania”, mas não poderia fornecer aos terroristas o conhecimento científico, os materiais processados e os artefatos atômicos, o que vale dizer que, na realidade, qualquer Estado seria proibido de seu uso se a avaliação do Clube Fechado fosse desfavorável a seu ingresso no círculo atômico, por suspeição. A simples suspeição, atualmente, tem a forma de uma preocupação absolutamente válida pela ameaça real de Estados, que podem sofrer sanções de todo o tipo, e até intervenções com o uso da força, ficando, contudo, essas medidas condicionadas à aprovação do Conselho de Segurança da ONU.

Aconteceu, porém, um fato novo e dramático, felizmente ainda não com a marca atômica.

Um dos Estados que compõem o Clube dos “grandes” foi atingido no seu próprio domínio (11 de setembro). A represália foi contra o Afeganistão, por oferecer provas evidentes de sua ligação com os terroristas, sendo a ação aprovada pela ONU.

O Afeganistão pagou o preço e a ação foi aplaudida pelo mundo. Mas, a seguir, o suspeito foi o Iraque, com indícios de ligação com o terrorismo e de posse de armas de destruição em massa. Além disso, o Iraque estava sob sanções internacionais de vários tipos, desde a 1ª Guerra do Golfo e já tinha antecedente de uso de agentes químicos con-

tra os curdos. A comunidade internacional, por intermédio dos seus órgãos representativos, determinou, com toda a transparência legal, uma inspeção de grande vulto e duração naquele país, à procura dessas armas, proibidas mundialmente. Essa inspeção, com altos e baixos, realizou a destruição de uma boa parte de mísseis com alcance proibido, mas não encontrou armas químicas e biológicas.

Contudo, a defesa do Iraque ficou seriamente comprometida, com as sanções econômicas e com a destruição da única arma teleguiada que possuía. A “soberania nacional” perdeu um *round* para a globalização, embora incompleta, nessa matéria de Direito Internacional.

No entanto, com a continuação de ameaças concretas de uso de agentes químicos e biológicos e a intensificação das ameaças de terrorismo pelos meios de comunicação e até baseados em informações do seu aparelho de segurança, os EEUU procuraram a mediação da ONU e a sua aprovação para uma intervenção armada no Iraque.

Baseados aparentemente nos relatórios de inspeção de armas, todos conclusivos da inexistência de armas WMD⁵, a Rússia, a Alemanha e a França, no Conselho de Segurança, formaram uma frente antiguerra, barrando as pretensões americanas. Contudo, interesses políticos e econômicos foram também razões para a posição contrária das chamadas “médias potências européias”.

Os EEUU formaram uma coligação, tendo como principal aliada a Inglaterra, e como motivação a luta antiterrorismo, a busca de armas de destruição em massa e a ligação com grupos terroristas, sem autorização do Conselho de Segurança da ONU, realizaram um ataque-preventivo ao Iraque. Essas razões eram todas “presumidas”. A partir de 15 de setembro de 2001, criou-se uma imagem nova no conceito do Direito Internacional no aspecto “não-agressão entre Estados”.

Um “ataque-preventivo” baseado na “conduta presumida”. Muito bem. A polêmica está aberta. Com a palavra, os juristas.

O resultado da Guerra do Iraque é muito conhecido. Mas, agora, estamos diante de um fato mais interessante na sua conceitualização jurídica.

A Coreia do Norte declarou estar processando material atômico e ter o direito de fazê-lo. Não é mais uma presunção. É um fato concreto. E não pertence ao Clube Fechado. A comunidade internacional, por meio da ONU, vai querer uma reação eficaz, que poderá gerar um efeito “dominó”, porquanto há outros países não pertencentes ao Clube dos grandes e possuidores de armas atômicas, como Índia, Paquistão, Irã, Israel e outros que não conhecemos.

Desta vez, porém, quem está menos ameaçado são os EEUU, por sua posição geográfica e porque possuem um poderoso sistema antimíssil balístico. Seus receios maiores se devem aos países amigos Coreia do Sul, Japão e até mesmo Taiwan, na zona perigosa. No “xadrez” político com os Coreanos do Norte, os americanos querem outros parceiros, mas esperam controlar a partida.

Quem está mais preocupada mesmo é a Rússia, com Vladivostok, grande cidade e base naval russa, a cerca de 150 km da fronteira com a Coreia do Norte.

A vida é assim. Nada como um dia depois do outro.

A Coreia do Norte está entendendo a “jogada” e quer mesmo o diálogo direto com os EEUU. Para isso, já houve encontro em Pequim, onde a China foi apenas anfitriã, servindo chá e pratos típicos. Ela sabe que a Coreia do Norte é sua parceira ideológica; no entanto, ela, China, quer realmente é comércio e boa paz com os EEUU.

Todavia, existe muita gente por aí “com as barbas de molho”.

Embora distantes, as chamadas “médias potências européias”, tementes, por sua dolorosa experiência histórica, do uso da força, preferem as conversações multilaterais, de pouco resultado prático porquanto carregadas de uma dose variável de falsidade, mas com a vantagem de adiar conve-

nientemente as soluções do problema. E o mundo vai ficando cada vez mais inquieto na incerteza de um futuro imprevisível.

Embora também nós não possamos prever o futuro, podemos, tendo em vista o presente, arriscar um palpite: no complicado jogo nacionalismo versus globalização, que estamos assistindo, o 1º tempo terminou com a vantagem mínima de 1x0 em favor da globalização. Já começou o 2º tempo, e o nacionalismo está pressionando para conseguir, pelo menos, o empate.

6. Conclusão

A guerra, a que assistimos recentemente, foi entre dois nacionalismos.

O primeiro, os Estados Unidos da América, um Estado nacional imperialista, símbolo incontestado da democracia ocidental – por mais antagônico que isso possa parecer –, atingiu um nível altíssimo de desenvolvimento, pela tradição histórica de repúdio a qualquer tipo de ideologia totalitarista, por um lado, e, por outro, pela imunidade a investidas externas, o que permitiu o monitoramento soberano das liberdades individuais dos seus cidadãos. Tal fato deu ao Estado Americano uma personalidade marcante no conceito da comunidade internacional. Influenciada pela inteligência judaica, aportada ali em busca da liberdade, e que aciona significativa percentagem da sua operosidade industrial, a nação americana conseguiu, pelo aspecto utilitário de sua economia, sucessos políticos, sociais e militares invejáveis.

De fato, em quase todos os ramos da atividade humana, os judeus sempre se distinguiram pela liderança. A longa lista de celebridades começaria com Einstein, Freud, e até com Trotski, que integrava o 1º Soviete de São Petersburgo. A série interminável receberia o aval de um grande nome – Jesus de Nazaré, “o filho de Deus”⁶ –, nascido judeu, o maior profeta que o mundo já viu e, como homem, autor das mais brilhantes imagens literárias que a arte e o direito iri-

am consagrar⁷. É verdade que “os seus não o receberam” e ele estendeu a sua etnia a todos os povos.

Também é verdade que os judeus o contestaram, desafiando “a maldição do sangue do justo sobre a nação”. E isso está acontecendo desde aquele episódio bíblico. O povo judeu nunca teve paz e tudo indica que será assim até o fim dos séculos. Mas daí, para extinção de Israel, vai uma grande distância. Se por um lado, “nenhum profeta é reconhecido em sua terra”, por outro lado, a nação judaica possui um filho de grande peso na balança escatológica e, quem sabe, talvez isso seja uma explicação para a sobrevivência de Israel, cercado de enorme área habitada por população hostil.

É preciso que todos esses valores sejam considerados nas análises. As avaliações realizadas com base em fatores puramente racionais, cibernéticos, quando saem dos limites das tabelas do computador e entram no campo humanístico, falham nas previsões redondamente.

Os EEUU, por uma parcela expressiva de seus líderes, ainda mantêm laços étnicos com a nação judaica. Embora cada vez mais indiretos, eles são suficientes para justificar a tradicional política externa de cooperação com ela.

O segundo nacionalismo, representado pelo Iraque, um Estado despótico, mantido, mesmo após várias guerras, à custa de um governo opressor, esse Estado dominou um povo com limitações culturais, com uma parcela considerável envolvida em um misticismo fanático e um desenvolvimento social ainda incompleto, apesar da riqueza do petróleo.

O resultado foi fácil de prever.

Essa guerra relâmpago, cronometrada, com desproporção das forças oponentes, foi explicada e rotulada de vários modos: guerra do petróleo, geopolítica, do terrorismo, das armas proibidas, da arrogância americana e outros títulos. Foi a expressão de mais um lance na luta acirrada travada por duas idéias aparentemente contraditórias, desen-

volvidas nos planos *nacional e internacional*, na procura necessária de um ponto de equilíbrio, para a salvação do planeta.

Vamos melhor esclarecer essas considerações.

No plano nacional, com a expansão em marcha do crime organizado, em todos os continentes, há que ser procurada uma reformulação tanto da “soberania nacional” como do “monitoramento dos direitos humanos”, para haver proteção destes últimos sem agressão àquela, cuja tendência de esvaziamento, nos últimos tempos, foi notória, trazendo em consequência também o enfraquecimento do Estado de direito. E os defensores teóricos da preponderância absoluta dos direitos individuais são os primeiros a pagar caro, e a acorrer ao desgastado aparelho de segurança do Estado, sempre criticado por eles, com a preciosa ajuda da mídia, a pedir mais rigor. Isso já está acontecendo em alguns países.

Do mesmo modo, convém seja repensado o conceito de Direito Internacional nas relações entre Estados, em vários aspectos, porque surgiu um fato novo – o terrorismo – outrora uma ação de pequenos grupos armados, com objetivos mais ligados a crimes comuns. As características sempre foram a surpresa, a movimentação, a fluidez nas ações e a principal, “nunca se transformar em alvo compensador” para represália.

Agora o terrorismo tornou-se internacional – “globalizou-se”, fruto de fanatismo religioso, de desajuste de etnias e de conflitos nacionais e regionais.

Em conferência proferida em instituição de ensino superior, em Brasília, respondendo a uma pergunta, declaramos que, no ataque ao World Trade Center, em Nova Iorque, no dia 11 de setembro de 2001, os terroristas tinham conseguido um êxito tático⁸ memorável, de grande efeito emocional. Entretanto, cometeram um erro estratégico⁹.

Transformaram-se os grupos terroristas em alvos compensadores. Às vezes, eles são superdimensionados, apoiados não só por facções políticas como por Estados, ou con-

junto de Estados, que também passaram à condição de objetivos potenciais. Para esses Estados, as represálias dos agredidos poderiam incluir mecanismos polêmicos, como bloqueios econômicos, restrições políticas, ataques em força militar - mesmo sem o aval da ONU, como já aconteceu e poderá acontecer ainda mais. E o mundo continuará dividido, como está, em duas vertentes: anti e pró-terrorismo.

A consequência dos atos de terrorismo é quase sempre a retaliação, que pode ser imediata, catastrófica, ou mesmo aproveitada para outros objetivos. O que aconteceu no Iraque, recentemente, além das projeções já focalizadas, foi um passo a mais para a “globalização do nacionalismo”, com base na campanha antiterrorismo internacional, em pleno desenvolvimento. O Iraque não foi o primeiro, nem será o último. Os EEUU da América, motivados pela agressão sofrida em casa, e amparados por razões aparentemente éticas, estão querendo levar seu reconhecido modelo democrático para o resto do mundo. Primeiramente, se possível, por pressões político-econômicas. Depois, se necessário, *a fortiori*.

É um objetivo difícil de atingir, mesmo considerando apenas as nações árabe-muçulmanas, e a maioria das nações muçulmanas de outras etnias, pois elas se ajustam facilmente a governos ditatoriais.

Não podemos esquecer que quase todas essas nações foram conquistadas pelas armas, e, desde o início da expansão árabe, os sistemas de governo exportados da península arábica eram, em regra, monárquicos, ditatoriais, de cunho teocrático, fundamentados em filosofia monoteísta da mais pura essência moral, mas radicalizada posteriormente por milhões de seguidores.

O fundamentalismo religioso, não só o islâmico como o de outras seitas, deturpado doutrinariamente, constitui um dos graves problemas da atualidade, pois é a causa do fanatismo, no aspecto místico e no aspecto político, do extremismo, podendo este últi-

mo ocorrer até nas tradicionais democracias ocidentais.

Os americanos, muito bem cientes disso, aventuraram-se em intervenções como essa no Iraque, querendo exportar um nacionalismo exclusivista a pretexto de uma democracia globalizada, no intuito de conciliar, de um modo drástico, essas duas concepções, a caracterizar o equilíbrio político de um Estado. É um erro de avaliação, pois esses países asiáticos, em sua maioria, possuem história, filosofias e traços culturais diferentes dos nossos, ocidentais, e seus valores morais são medidos com outro barema. O nome de “fantasia oriental” estaria bem aplicado a esse empreendimento, que exige um processo longo e oneroso para ser bem-sucedido.

Os americanos estão arriscando, como início desse processo, na recente eleição do dia 30 de janeiro deste ano, pois com a maioria dos xiitas no poder, estes se tornam os representantes da “democracia” (palavra que não lhes soa muito bem).

Os americanos vêm investindo, e inteligentemente, para o aprofundamento da cisão entre xiitas e sunitas, até a formação de um governo para objetivo imediato, único meio de “persuasão” para qualquer iniciativa política. Contudo, para respaldo dessa atitude, é necessária uma previsão de retirada futura – e aí surge a grande dificuldade, pelo problema da segurança e pelo perfil religioso-político do novo governo, elementos imprevisíveis naquela área de instabilidade.

Com a dolorosa experiência histórica adquirida, inclusive à custa de fracassos de outras potências, os americanos estão ficando mais cautelosos.

Os “falcões” de Washington vão, dão uma “bicada” e voltam. É o processo natural. E o mais seguro, porquanto evita os antagonismos emergentes em torno da presa, *embora não assegure a sua manutenção*. Se é eficaz, na consecução do objetivo principal, só o futuro dirá.

Já que não podemos alterar o quadro geral, vamos nos esforçar para que esse novo tipo de globalização, a de um poderoso na-

cionalismo, não se estenda para as bandas de cá, e que o processo se humanize, cada vez mais, para os lados de lá.

Porém, se um dia, os americanos derem um passo à frente, conquistarem a presa, e não retornarem, podem os caros leitores ter a certeza de que eles não serão os únicos culpados.

Isso terá acontecido graças à hipocrisia quase sempre presente na claudicante diplomacia internacional, com representação tradicional e expressiva nas chamadas “médias potências européias”, cuja liderança, no cenário mundial, está-se apagando rapidamente, por sua dúvida, medíocre e temerosa atuação política.

Notas

¹ A 1ª e a 2ª Internacionais, em Londres e Paris, respectivamente, e em datas anteriores, não tiveram muito sucesso, razão pela qual não foram aqui consideradas. (Cf. MAZZUOLI, 2002, p. 149).

² O nacionalismo foi o maior problema da ex-URSS, jamais resolvido.

³ Não podemos, num só artigo como este, dissertar sobre os muitos aspectos anotados. Muito menos, descermos a pormenores. Temos que fazer triagem, comentando os mais flagrantes e sobre os quais há dados prováveis.

⁴ *Fedayn* – Tradução literal do árabe “comandos”. No Iraque, um grupamento para ações especiais, guerrilhas, defesa de pontos-chave.

⁵ Weapons of Mass Destruction (armas de destruição em massa).

⁶ Desde a morte na cruz, o primeiro reconhecimento da divindade de Jesus de Nazaré foi do oficial do Exército, centurião romano, que comandara a crucifixão e, tendo presenciado os últimos momentos, declarou: “Verdadeiramente, este homem era o filho de Deus”. (BÍBLIA, N.T., MARCOS, 15:39)

⁷ “...atire a primeira pedra”, “...a César o que é de César...”, “sepulcros caídos”, etc. entre muitas outras expressões.

⁸ Tático, do campo de batalha. Como o terrorismo atua no mundo inteiro, qualquer parte do globo pode ser assim considerada.

⁹ Estratégico: com muita abrangência, de objetivos profundos, de muita amplitude política, econômica, social, militar, de caráter não imediato, de repercussão global.

Referências

BÍBLIA, N. T. São Marcos. Inglês. *The new testament*. Estados Unidos da América: The Gideons International, 1972.

THE CONCORD desk encyclopedia. New York: Concord reference books, 1962.

KAPLANIAN, Maurice G. *Dicionário Alhambra* árabe-espanhol e espanhol-árabe. Barcelona: R. Sopena, [1979].

MAC LUHAN, Marshal. *Mass media*. London: Cultrix, [197-].

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Soberania e a proteção internacional dos direitos humanos: dois fundamentos irreconciliáveis. *Revista de informação legislativa*, Brasília, n. 156, p. 169-177, out., dez. 2002.

PAYNE, Robert. *The life and death of Lênin*. London: Pan Books, 1967.

PEQUENO dicionário da língua portuguesa. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

PROBLEMS of communism. Agency U. S. information, Estados Unidos da América, n. 5, set., out. 1967.

STALIN, Iossef V. D. *Marksism I natsional'nii vopross*. Moskva: [s. n.], 1950.

